

EDUCAÇÃO E ASSOCIATIVISMO: Comparações entre o Brasil e Angola (1930-1961)

Laila Brichta¹

Resumo

Esta comunicação pretende apresentar algumas ações promovidas pela associação criada em Luanda / Angola em 1930, a Liga Nacional Africana (LNA) e a Frente Negra Brasileira (FNB) criada em 1931 em São Paulo / Brasil. As ações observadas aqui estavam inseridas no campo da educação e se direcionavam na oferta de uma instrução formal para seus associados, mas também para um público mais extenso.

Pretende-se analisar os significados dessas ações dentro de um conjunto mais amplo de reivindicações sociais geradas pelas associações, considerando-se o contexto dos nacionalismos, da luta anti-colonialista, do combate anti-racista e os projetos nacionais para o Brasil e para Angola no período que antecedeu a guerra de libertação nacional pelos países africanos dominados por Portugal, iniciada em 1961.

Palavras-chave: Luta anti-colonialista, FNB, LNA, relações Brasil-Angola.

Na primeira metade do século XX, os direitos políticos e civis não eram estendidos a todos os indivíduos no Brasil e em Angola, lá por uma discriminação legal e aqui por uma discriminação disfarçada. Os programas dos governos brasileiro e angolano nem sempre beneficiavam a todos, e, portanto, intensificou-se o associativismo nas duas margens do Atlântico, aparecendo organizações que reivindicavam direitos e promoviam condições de ascensão social e econômica de seus associados. Pensando a partir de uma ideia de Nação – que evocava tanto no Brasil quanto em Angola um sentimento patriótico (para o caso angolano se tratava da Pátria portuguesa) – algumas associações de caráter político e cultural se organizaram para a construção de propostas complementares ou alternativas aos projetos nacionais oficiais. Enquanto o associativismo foi um espaço, as ideias de uma educação obrigatória, gratuita e irrestrita perfazem, talvez, a principal proposta a *Liga Nacional Angolana (LNA)*, também percebida de alguma forma na *Frente Negra Brasileira (FNB)*.

Esse trabalho busca analisar alguns processos, no Brasil e em Angola, referente à projetos educacionais de associações culturais e a comparação que se propõe ocorre ao tomarmos como premissa que a história comparada busca mais do que traços comuns e estruturais gerais de duas ou mais sociedades. Primordialmente, estão sendo observados mecanismos de funcionamento de sociedades que são diferentes, notando sua importância respectiva e procurando casos diversos para propor “explicações mais substanciais para problemas ou informações tão estranhos que podem subverter a conceituação habitual.”² Considerando as especificidades de cada processo histórico, a investigação que se segue lança luz em dois universos distintos, buscando observar algumas diferenças e analogias. Angola era um país que vivia sob domínio colonial,

estratificado por uma doutrina racista e que dividia juridicamente a população a partir de dois códigos civis. Brasil era uma nação soberana, com o racismo muito bem disfarçado em uma legislação liberal, submetendo todos os indivíduos à mesma lei. Propondo confrontar o que parece, inicialmente, duas situações jurídicas incomparáveis, notaremos que nos dois países se elaboraram mecanismos para tentar compor a sociedade de uma forma mais justa para as camadas mais baixas, mecanismos sugeridos e executados por indivíduos e organizações vindas dessas mesmas camadas.³

A falta de escolaridade era algo que atingia o grosso da população brasileira e angolana no século XX. No Brasil, na década de 1920, havia 75% da população brasileira sem saber ler e escrever.⁴ Angola registrava um índice de pobreza e de analfabetismo ainda mais elevado.⁵ A educação e a instrução reivindicadas pelos nativos angolanos coincide com a pauta dos movimentos associativos no Brasil no mesmo período, uma vez que a educação foi uma questão evocada pelos Estados modernos como uma forma de criar identidade nacional, sentimento patriótico e combater os índices de pobreza. A instrução formal, limitada a poucos nas colônias portuguesas, aumentava a chance dos nativos negros e mestiços usufruírem dos privilégios dentro do sistema colonial. A educação auxiliaria os nativos pleitear a assimilação jurídica e também os habilitaria com ferramentas para concorrer por um melhor espaço no mundo do trabalho. Para o Brasil, similarmente, a instrução aumentaria as chances dos afro-brasileiros combaterem os preconceitos mediante sua capacitação técnica e profissional, incluindo-os no mercado de trabalho com qualificação. Entretanto, se em Angola os membros das associações nativas estiveram, nas primeiras décadas do século XX, mais preocupados em garantir instrução para si, mantendo a hierarquia social que os beneficiava, no Brasil as associações negras, compostas pelos extratos mais populares, procuravam alargar o acesso ao mesmo sistema de ensino a todos os brasileiros.

A moderna colonização portuguesa no continente africano foi legalizada pelo *Ato Colonial*, em 1930, e pela legislação que adveio em seu rastro. Os arautos da colonização a fundamentavam na função histórica de Portugal possuir, civilizar e colonizar domínios ultramarinos, e ao apregoado respeito ao estado de evolução dos povos nativos. Conjuntamente, a sociedade colonial angolana esteve estratificada em três grupos com direitos sociais e políticos distintos: no topo da sociedade de direito estavam os portugueses brancos e na base estavam os nativos angolanos negros, designados por "indígenas", que possuíam uma legislação civil própria. Entre essas duas camadas havia um grupo intermediário de angolanos nativos "civilizados", que eram negros ou mestiços e que haviam adotado o modo de vida europeu, juridicamente

designados de “assimilados”. Foram estes que organizaram associações de diversas naturezas, como a LNA.

Os "indígenas" eram considerados os da “raça negra”, ou dela descendentes, que não possuíam “a ilustração e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses.”⁶ Eram sobre estes que recaía o trabalho compulsório, o imposto da cubata, o uso da Caderneta de Identificação, a proibição de ir e vir sem autorização judicial prévia e tantas outras limitações e obrigações. Ademais, a este grupo estavam proibidos os direitos políticos, não sendo considerados cidadãos, categoria exclusiva dos brancos e aos “assimilados”. Em 1930 representavam 98,6% da população.⁷

Os designados como “indígenas” eram considerados portugueses protegidos e defendidos pelo Estado, cuja missão proclamada era auxiliá-los no seu desenvolvimento em direção a uma civilização que se cria superior: a europeia. Esse auxílio se daria através do contato com os portugueses, que os ensinariam o modo de vida “civilizado”, através de práticas educativas. Mas, estranhamente, apesar de séculos de interação entre africanos e portugueses, e do asseverado encargo civilizador, foi somente em setembro de 1961, com a revogação do Estatuto do Indígena decretado em 1926,⁸ que todos os povos sob domínio português foram considerados aptos à plena cidadania!

Durante a presença de Portugal na África no século XX houve alguns projetos para a colonização efetiva de Angola e a educação dos nativos. Norton de Matos, governador-geral (1912-1914) e alto-comissário (1921-1924), foi um defensor da autonomia financeira e administrativa colonial. Propôs um projeto de subsídios estatais para a imigração branca portuguesa e elaborou um programa de instrução para a população nativa, através das chamadas Escolas-Oficinas. Pregava a separação entre portugueses e nativos no espaço do trabalho e na intimidade, coibindo, dessa forma, a mestiçagem, prevendo o contato inter-racial somente nos espaços do comércio, artes e ofícios, e na prática da religião cristã. O sistema de ensino específico e diferenciado para os "indígenas", nas escolas-oficinas, surgiu como uma medida do administrador para garantir a formação de trabalhadores nativos especializados em funções autorizadas a desempenhar, mantendo-os afastados das escolas voltadas para os cidadãos, conseqüentemente dos colonos.⁹

Outro projeto de colonização foi lançado pelo alto-comissário de Angola, Antônio Vicente Ferreira (1927-1929), que também previa investimentos do Estado para a fixação de portugueses na África e indicava que se devia evitar a utilização do trabalho "indígena". Ferreira também enveredou pelo campo do ensino, pelo mesmo

motivo que o havia feito Norton de Matos: garantir a mão de obra nativa especialmente talhada para os investimentos coloniais e manter os "indígenas" distantes dos portugueses metropolitanos. Para tanto criou as Escolas Rurais, mantendo os nativos distantes da zona urbana.¹⁰ Outro projeto se deu através das Escolas Missionárias, oficialmente responsáveis pela instrução dos "indígenas" em 1941. Voltadas para a catequese, o aprendizado rudimentar do português e o ensino de técnicas para o trabalho no campo.

Há que se atentar que nenhum projeto de ensino voltado para a população nativa angolana previa uma educação acadêmica ou literária. Esta era reservada para os europeus e os poucos "negros civilizados", os autóctones tratados como "incultos" deveriam receber uma instrução técnica, voltada para o trabalho.

Quanto aos projetos de colonização propriamente de Angola, até o fim do conflito bélico europeu, em 1944, não houve nenhuma política estatal portuguesa de imigração, apesar de ter sido um período em que a ideologia imperial ganhou força através, especialmente, do Ministro das Colônias Armindo Monteiro (1931-1935). Os sentimentos patrióticos baseados em um alegado direito histórico de possuir territórios ultramarinos, que comporia a própria identidade nacional portuguesa, eram exaltados, para, dentre outras finalidades, incentivar a livre imigração para as colônias.

Foi neste contexto que a Liga Nacional Africana (LNA) se organizou, definindo-se como uma associação em defesa dos interesses dos nativos angolanos. Editava a revista *Angola: revista de doutrina, estudo e propaganda instrutiva* asseverada como um periódico que "traduzia o pensamento dos naturais das Colônias", servindo a "causa comum de todos os portugueses do Ultramar"¹¹, configurando-se em um importante veículo de protesto. A LNA foi organizada por parte da elite dos naturais, composta por uma pequena parcela da população nativa que desfrutava de alguns privilégios, promovendo uma série de atividades que os beneficiavam.

Uma das reivindicações dos angolanos era a obtenção da cidadania portuguesa, que lhes ampliava os direitos sociais, além de políticos, contudo não acabava com as práticas discriminatórias de fundo racial. Tendo ciência da importância da educação e da instrução como forma de tentar combater os preconceitos, ao passo que capacitavam tecnicamente os nativos para ocupar cargos e posições na sociedade colonial, as escolas foram solicitadas como um investimento que o Estado deveria realizar para o desenvolvimento das populações ditas atrasadas, que faziam parte da Nação, como não se cansava de ser veiculado pela doutrina colonial.¹²

Como o sistema de ensino em Angola era limitado, o primeiro ato diretamente voltado para a criação de espaços que oferecessem uma educação nos moldes portugueses e uma instrução escolar, acadêmica e intelectual foi a criação do *Centro de Estudos* da LNA, que ocorreu em setembro de 1936. Pretendia contar com a colaboração de todos os interessados em conhecimentos que ampliassem e complementassem “a cultura livresca das escolas”¹³ e para tanto objetivava versar sobre questões de natureza diversa, estimular o gosto pela cultura na população nativa e evitar que o povo mantivesse práticas consideradas primitivas.¹⁴

O *Centro de Estudos* abriu suas portas para um Curso de Explicação, gratuito e com conteúdos referentes aos três primeiros anos do ensino secundário, destinado aos sócios ou seus filhos.¹⁵ Seguindo uma diretriz de aumentar a oferta de instrução para os filhos de Angola, iniciou uma campanha por mais escolas, cooperando com o projeto colonial ao tomar para si a incumbência de cuidar da educação e do bem estar das classes humildes, pensando no “engrandecimento de Angola e a unidade espiritual do Império Colonial Português – o que significa servir à pátria com lealdade.”¹⁶

Alguns associados acreditavam que pertencia a Liga mostrar ao Governo a necessidade de escola e procurar estudar uma maneira de suprir essa falta.¹⁷ Por isso, ainda em 1936, baseadas no princípio de cooperação que o Estado deveria dar à iniciativas particulares de educação, a LNA fundou uma escola em parceria com o governo de Angola. Designando espaço em sua sede, o Estado colocou em funcionamento uma escola oficial, mediante a contrapartida de garantir algumas matrículas para os filhos dos associados. No ano letivo de 1936/37 passou a funcionar, na sede da Liga mais um estabelecimento de ensino que ampliava as chances de matrícula para os nativos angolanos, a Escola Primária Emilio Monteverde.¹⁸

Outra forma de garantir a instrução formal dos angolanos foi fazendo uso das bolsas de estudo para ocupar as vagas já existentes no parco sistema de ensino. As bolsas se ampliavam ao passar dos anos, tendo sido concedidas por iniciativa privada e pública. A LNA criou em setembro de 1938 a *Bolsa de Estudos a Estudantes Pobres*, do Centro de Estudos, alterada para *Caixa de Auxílio a Estudantes Necessitados*, em 1939. Essa ajuda financeira dirigia-se a estudantes necessitados para que se mantivessem nos liceus – ensino secundário – e para continuar os estudos em um curso superior.¹⁹ Em 1939, a LNA mantinha um estudante universitário de medicina em Lisboa e um secundarista no Liceu Salvador Correia em Luanda,²⁰ ampliado para dois estudantes secundaristas, em 1942.²¹ Tudo indica que a iniciativa de bolsas de estudos da LNA estimulou o governador geral de Angola Francisco José Vieira Machado a criar as

bolsas de estudos do governo, destinadas a estudantes necessitados dos liceus, Salvador Correia e Diogo Cão. Não sabemos quem foram os estudantes necessitados beneficiados com essas bolsas, se nativos angolanos ou colonos portugueses, mas sabemos que as primeiras foram criadas no ano de 1939 em número de 2 (duas), sendo ampliadas no ano seguinte para 3 (três).²² Seguindo esta iniciativa, outras bolsas de estudo foram instituídas, como as 5 (cinco) pela Câmara Municipal de Luanda e 3 (três) pela Mocidade Portuguesa.

Até o fim da década de 1950 a LNA não estimulou oficialmente nenhum grande medida que alterasse a estrutura social da colônia, muito menos algum sentimento nacionalista angolano. Contudo, parte dos nativos foi percebendo que Portugal criava estratégias para a manutenção dos africanos em uma posição de subalternidade, pois de acordo com os postulados ideológicos coloniais portugueses, justificava-se a exclusão social da maioria dos africanos e a distinção entre europeus e africanos por razões culturais e não raciais,²³ onde entrava a altíssima taxa de analfabetismo para justificar essa exclusão. Uma das primeiras formas de tentar superar o analfabetismo e a falta de conhecimentos técnicos específicos dos nativos foi justamente com a instrução e educação dos mesmos. Somente em um segundo momento, já nos anos 1960, foi que a educação passou a servir também para questionar e afrontar a política colonial.

Até a revogação do Estatuto do Indígena, em 1961, e a reforma do ensino três anos depois, discutia-se se os investimentos em educação deveriam ser para a instrução de uma elite intelectual angolana ou para as massas. Assim como os colonialistas, também os nativos “civilizados” divergiam quanto ao sistema de ensino ofertado aos “indígenas”, mas, diferentemente daqueles, eram uníssonos quanto à relevância da instrução ampla e obrigatória a todos, pois se confiava que a educação formal era o caminho para uma melhoria das condições materiais. O *Centro de Estudos* também cogitou, em 1943, uma Escola Profissional para os “indígenas”, legislando que era nele que residia “o nosso *valor de facto* como agregado social dentro da comunidade portuguesa.”²⁴ Capacitando o nativo e aperfeiçoando-o no trabalho, dando-lhe formação moral para que o conjunto da sociedade se elevasse também. Era assim que Angola encontraria seu rumo, pois se profissionalizaria, além de se instruir. Mas até 1960, o analfabetismo ainda beirava os 97% da população angolana.²⁵

O Brasil neste mesmo período era uma nação soberana, que não vivenciava nenhum processo de colonização. Havia terminado o século XIX com sérios problemas sociais em consequência de mais de três séculos de escravidão, mas não havia uma legislação que diferenciava legalmente brancos e negros. As diferenças de oportunidade

ocorriam por conta de preconceito racial, sem dúvida alguma, mas bem disfarçado em uma legislação pautada em critérios liberais. A falta de escolaridade era o maior dos impeditivos legais para os afro-brasileiros gozarem da plena cidadania brasileira. E as teorias raciais amplamente desenvolvidas e discutidas pelos intelectuais criavam o ambiente propício para a discriminação racial no campo das relações sociais. Os preconceitos raciais da sociedade brasileira podem ser vistos nos seguintes dados:

ANO 1940 - POPULAÇÃO 5 ANOS OU MAIS SEGUNDO INSTRUÇÃO E COR						
Instrução	Sabem ler e escrever		Não sabem ler e nem escrever		Instrução não declarada	
		%		%		%
Total	13.292.605	38,2	21.295.490	61,2	208.570	0,6
Branco	10.339.796	29,7	11.587.489	33,3	128.608	0,36
Pretos	954.903	2,75	4.186.728	12	31.004	0,08
Amarelos	117.713	0,33	80.000	0,3	2.239	0,006
Pardos	1.880.193	5,4	5.441.273	15,6	46.719	0,13

Tabela 1 do *Censo Demográfico: população e habitação. Recenseamento Geral do Brasil 1º de Setembro de 1940*. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1950, série nacional, vol II, p.28

Notamos que a população branca era numericamente mais analfabeta, o que quer dizer que existiam mais indivíduos considerados brancos sem saber ler e escrever do que de qualquer outra categoria de cor/raça estipulada pelo Censo Demográfico. Mas proporcionalmente à população total de brancos e total de pretos/pardos constatamos que estes últimos estavam disparadamente menos assistidos em instrução. Cruzando os dados, temos que dos 26.171.778 brancos, recenseados em 1940, 11.587.489 eram analfabetos, o que equivale a 44,2 %. Aplicando o mesmo cálculo para os pretos/pardos, encontramos 14.780.234 indivíduos, contabilizados no mesmo censo, dos quais 9.628.001, ou 65,4%, eram analfabetos.

Atentos a essa disparidade, os afro-brasileiros do início do século não ficaram inertes diante da falta de escolaridade que lhes acarretava menos oportunidades no mundo do trabalho. Tratando a educação com um valor a ser adquirido, a educação e a instrução escolar estiveram no topo das reivindicações dos movimentos negros.²⁶ Afinal, a instrução consistiria em incluir no jogo político o grosso da população marginalizada da esfera das decisões, pois o analfabetismo foi um critério de exclusão eleitoral, até 1988. E, para tanto, a escola pública e gratuita seria a melhor solução para uma população prejudicada economicamente,

Entretanto, estando essa escola pública e gratuita distante da realidade nacional, por sequer haver um consenso entre políticos, administradores e educadores do modelo de educação e do sistema de ensino que o Brasil deveria adotar,²⁷ algumas associações

trataram de promover ações particulares voltadas para a melhoria do nível de instrução de seus membros. As ações no campo da educação da Frente Negra Brasileira (FNB) se destacam e estão inseridas no bojo do “entusiasmo pela educação” das décadas de 1920 e 1930. Se a educação era considerada a base para o desenvolvimento nacional, proclamada pelos educadores, cientistas e políticos, era tratada como fundamental para levantamento moral e intelectual dos afro-brasileiros.

Atentos às questões de âmbito nacional, a formação literária e técnica daqueles historicamente excluído se tornou tanto uma maneira de capacitar profissionalmente os afro-brasileiros a disputar o mercado de trabalho, como também de reforçar seu pertencimento nacional, marcando na identidade brasileira sua presença, como afirmara o fretenegrino Francisco Lucrecio:

“Na Frente Negra não tinha essa discussão de volta à África. Tínhamos correspondência com Angola, conhecíamos o movimento de Marcus Garvey, mas não concordávamos. Nós sempre nos afirmamos como brasileiros e assim nos posicionávamos, com o pensamento de que os nossos antepassados trabalharam no Brasil, se sacrificaram, lutaram desde Zumbi dos Palmares aos abolicionistas negros, então nós queríamos, nos afirmaríamos, sim, como brasileiros. Não queríamos perder nossa identidade de brasileiros. Seguimos, portanto, a linha de nossos antepassados.”²⁸

De olho em um “pedaço de chão”, como metaforizara Lucrecio a identidade brasileira, a Frente Negra criou estratégias que envolviam a educação como uma forma de valorização da história “dos antepassados” e como uma ferramenta de capacitação para a disputa de uma colocação no mundo do trabalho, cada vez mais exigente. Se era preciso ter um conhecimento escolar para disputar os empregos, especialmente dos centros urbanos, então a associação passou a se organizar para tentar prover essa ferramenta àqueles que não a tinham.

Para tanto, a Frente Negra mantinha uma escola de ensino primário, além de cursos de inglês, de preparação para a Admissão (ao ginásio), de música e de alfabetização. O departamento de educação da FNB contava com a colaboração tanto de professores designados pelo governo – para a escola de quatro classes – quanto com professores leigos, que eram profissionais liberais ou estudantes de cursos como engenharia, odontologia, comércio, e que ministravam aulas gratuitamente.

A instrução escolar era fundamental para a formação de eleitores, e se fez urgente com a candidatura de alguns fretenegrinos à Assembleia Constituinte em 1933, e às eleições presidenciais, suspensas, de 1938. A ação política desta associação previa trabalhar simultaneamente nas duas pontas do jogo político: formar eleitores e candidatos. Não está em discussão aqui o teor partidário destes candidatos, nem se eram

ideologicamente de direita e politicamente conservadores, o que já foi bastante apontado.²⁹ Mas, sim, a eficácia e os possíveis impactos da forma encontrada por estes indivíduos de reivindicarem mudanças sociais.

Na curta duração da Frente Negra em Salvador, observamos uma clara preocupação com o combate ao analfabetismo. O compromisso de defesa dos direitos civis dos afro-brasileiros envolvia inicialmente a alfabetização, considerada a “pedra angular” de qualquer organização brasileira, e em seguida o levantamento moral da raça, falha que viria de sua gênese, “principalmente em relação à formação nobilíssima da família. Devemos mesmo trabalhar pela formação da elite da mulher negra.”³⁰

Como em Angola, onde a moral católica esteve presente tanto diretamente com as missões religiosas, como indiretamente através da adoção de seus valores morais pelo Estado português, também aqui percebemos uma noção de Família cristã adotada como um valor a ser propagado, para o qual o papel da mulher era destacado. A cultura letrada também foi valorizada, tanto por seu aspecto pragmático, como para o desenvolvimento intelectual. Talvez isso ajude a explicar como diversas lideranças negras do início do século XX, fervorosos combatentes da discriminação racial, adotaram os ideais como Família e Educação, tratados como valores a serem adquiridos por todos, e como criticaram duramente àqueles que pareciam não lhes conceder a devida importância. Arlindo Veiga dos Santos, presidente da FNB, havia sintetizado sua filiação a estes valores da civilização ocidental afirmando que “a glória e a fidelidade do negro brasileiro à civilização cristã não de espantar toda a América.”³¹

Ao lado dos artigos de protesto contra os preconceitos raciais, que pululavam a imprensa negra brasileira,³² houve especialmente da FNB, ações concretas voltadas para a abertura de escolas, cursos de alfabetização e cursos profissionalizantes, demonstrando aos poderes públicos a urgência da ampliação do sistema de ensino que incluísse a parcela afrodescendente da população brasileira.

Em Angola, os associados da Liga Nacional eram os filhos da elite nativa local que se mobilizaram em associações, utilizando seu conhecimento da cultura e da língua escrita portuguesa para produzir um jornalismo crítico e ações educativas e de instrução. Diversamente, não se pode dizer que no Brasil os associados da Frente Negra eram da elite econômica ou social, apesar de que seus projetos de inserção social apresentavam um forte componente burguês, o que faz alguns pesquisadores apontar nestes movimentos os anseios da classe média, questionando seu caráter revolucionário.³³ De uma forma ou de outra, tanto no Brasil como em Angola, os atores sociais enfatizados deixaram protestos na imprensa e ações promovidas nas associações culturais, visando

uma melhor e mais justa inserção das camadas populares na sociedade. O meio para essa mais justa inserção se daria pelo investimento na formação instrutiva e educacional da população em geral. Essa seria, inclusive, uma forma de combater a discriminação racial.

¹ Laila Brichta é Professora de História - UESC/ Doutora em História - Unicamp/ Pesquisador GPEADA Consideram-se as associações Liga Nacional Africana (Angola) e a Frente Negra Brasileira (Brasil) e os significados de suas ações no campo da educação que se direcionavam para a oferta de uma instrução formal para seus associados. Insere-se a análise dentro de um conjunto mais amplo de reivindicações sociais, considerando-se o contexto dos nacionalismos, do combate ao racismo e os projetos nacionais para o Brasil e para Angola entre as décadas de 1930 e 1960. Propõem-se estabelecer um viés comparativo no momento em que se busca observar as formas como, em cada sociedade, os sujeitos e grupos sociais enfocados estabeleceram mecanismos para tentar alterar uma situação social e política que lhes era desfavorável. Procura-se notar as proposições e ações reivindicativas no campo da educação pela LNA e FNB e como se inseriam na organização política mais ampla de suas respectivas sociedades, que apresentavam políticas estatais ideologicamente de inspiração eurocêntrica.

Palavras-chaves : Associativismo – Educação – Brasil/Angola

² HAUPT, H.G. O lento surgimento da história comparada. In: JULIA, D. e BOUTIER, J (org.) *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, 1998, p.212

³ DETIENNE, M. *Comparar lo incomparable: alegato em favor de uma ciencia histórica comparada*. Barcelona: Ediciones Península, 2001.

⁴ IBGE. *Recenseamento Geral do Brasil. 1º. de Setembro de 1940. Censo Demográfico: população e habitação*. Rio de Janeiro: Gráfica do IBGE, 1950, p.1

⁵ AZEVEDO, R. *Políticas de ensino em África: estudos de ciência política e sociais*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1958

⁶ Artigo 2º do “Estatuto Civil Político e Criminal dos Indígenas” Decreto Lei 39:666 no DG de 20 de Maio de 1954, I série. Disponível em: <http://dre.pt/pdfgratis/1954/05/11000.pdf> acesso em 01/08/2012

⁷ PIMENTA, F. *Angola, os brancos e a independência*. Porto: edições Afrontamento, 2007, p.449

⁸ FERREIRA, J. e VEIGA, V. *Estatuto dos Indígenas Portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique*. 2ª. edição. Lisboa: S/E, 1957, p.27

⁹ CASTELO, C. *Passagens para a África: o povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974)*. Porto: Edições Afrontamento, 1997, pp. 65-98

¹⁰ NORÉ, A. e ADÃO, A., O ensino colonial destinado aos "indígenas" de Angola. Antecedentes do ensino rudimentar instituído pelo Estado Novo. In *Revista Lusófona de Educação*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e tecnologias, vol. 001, p.105, 2003

¹¹ Editorial. *Angola: revista de doutrina, educação e propaganda instrutiva* Ano II, Dezembro de 1934, nº 12, p.1 (este periódico será referenciado apenas como *Angola...*)

¹² SOUZA, M. C. A educação e a Instrução em. In: *Angola...* Ano XXV, Julho/Dez de 1957, nº. 155, p.29

¹³ Coluna Notas e Factos. In: *Angola ...* Ano IV, Setembro/Outubro de 1936, nº. 7, p.5

¹⁴ Coluna Notas e Factos In: *Angola ...* Ano IV, Maio/Junho de 1936, nº. 5, p.5

¹⁵ MACHADO, A. M. O Centro de Estudos... In: em *Angola...* Ano IV, Agosto de 1937, nº. 17, p. 37

¹⁶ Editorial de *Angola...*, Ano VIII, Maio/Julho 1941, nº. 55/57, p.1

¹⁷ Zedy. Para que se saiba... In: *Angola...* Ano I, Março de 1933, nº. 3, p.9

¹⁸ Coluna Notas e Factos. In: *Angola...* ano IV, Maio/Junho de 1936, nº. 5, p. 5

¹⁹ SILVA, B. Uma bolsa de Estudos em *Angola...* Ano VI, Set/Outubro de 1938, nº. 25/26, pp. 10/11

²⁰ MACEDO, A. R. Caixa de auxílio a estudantes ... In: *Angola...* Ano VII, Março de 1938, nº. 31, p.19

²¹ PALMA, M. Uma bolsa de estudos in: *Angola...* Ano VII, Maio de 1939, nº. 33, p.6

²² M. R. A. “Quem não aparece não é lembrado” em *Angola...* Ano XI, Setembro de 1943, nº. 83, p. 4

²³ FERREIRA, E. *O fim de uma era: o colonialismo português em África*. Lisboa: Sá da Costa, 1977

²⁴ MARA, L. A educação profissional ... In: *Angola...* Ano XI, Jan/Maio de 1943, nº. 75/79, pp.7/8

²⁵ FERREIRA, E., op. cit., pp.92/93 (valor encontrado pelo cruzamento dos dados referente ao movimento geral do ensino em Angola e do número de habitantes recenseado.)

²⁶ GONÇALVES, L. A. Negros na educação no Brasil. In: em TEIXEIRA LOPES, FARIA FILHO, L. e VEIGA, C. (org.) *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003

²⁷ BOMENY, H. *Os intelectuais da Educação*. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

²⁸ LUCRÉCIO, F. Depoimento. In: BARBOSA, M. *Frente Negra Brasileira: depoimentos*. São Paulo: Quilomhoje, 1998, p.46

²⁹ Ver PETRÔNIO José Domingues. *A insurgência do Ébano: a história da Frente Negra Brasileira (1931-1937)*. Tese (Doutorado), USP, São Paulo, 2005

³⁰BARCELAR, J. A Frente Negra Brasileira na Bahia. In: *Afro-Ásia*. n°. 17, Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, 1996, p.75

³¹SANTOS, A. V. Aos fretenegrinos. In: *A voz da Raça*. Ano 1, 18 de Março de 1933, n°. 1, p. 1

³²FERRARA, M. *A imprensa negra paulista (1915-1963)*. Dissertação (Mestrado), USP, São Paulo, 1991

³³Ver GUIMARÃES, A. S. A. *Classe, Raça e Democracia*. São Paulo: Ed. 34, 2002